

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.449.736 - MT  
(2019/0041076-8)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE : ELVIS MIRANDA GONCALVES**  
**ADVOGADO : JOAO DE FREITAS NOVAIS II E OUTRO(S) - MT012052**  
**AGRAVADO : MSA EMPRESA CINEMATOGRAFICA LTDA**  
**ADVOGADOS : FRANCISCO BROMATI NETO E OUTRO(S) - SP297205**  
**GUILHERME BEZERRA DE OLIVEIRA - MT018860**  
**AGRAVADO : CONDOMINIO CIVIL PANTANAL SHOPPING**  
**ADVOGADOS : USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO - MT003150**  
**MARCELO ALEXANDRE OLIVEIRA DA SILVA - MT014039**  
**AMOS BERNARDINO ZANCHET NETO E OUTRO(S) - MT023045**

## EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. RECURSO DE APELAÇÃO DE APENAS UM LITISCONSORTE. COISA JULGADA FORMAL PARA O LITISCONSORTE QUE NÃO APELOU. FALTA DE INTERESSE NOS RECURSOS SUBSEQUENTES. EM JUÍZO DE RETRATAÇÃO, AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

## DECISÃO

Cuida-se de agravo interno interposto por Elvis Miranda Gonçalves contra a decisão de fls. 597-600 (e-STJ), na qual esta relatoria conheceu do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, deu-lhe provimento.

Nas razões do agravo interno (e-STJ, fls. 604-621), sustenta o insurgente que o recurso especial do Condomínio Civil do Pantanal Shopping não poderia ser conhecido, porquanto teria ocorrido para ele a coisa julgada formal.

Pede, assim, a reconsideração do *decisum*.

Impugnação às fls. 626-634 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Em juízo de retratação, nos termos do § 2º do art. 1.021 do Código de Processo Civil de 2015, torno sem efeito a decisão de fls. 597-600 (e-STJ), e passo a nova análise do recurso do Condomínio Civil do Pantanal Shopping.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, examino o recurso especial.

Da acurada análise dos autos, constata-se que o Condomínio Civil do Pantanal Shopping não apelou da sentença, havendo apelação apenas da litisconsorte MSA Empresa Cinematográfica Ltda. Todavia, interpôs o presente recurso especial contra a decisão que julgou a apelação da referida litisconsorte.

Ocorre que a jurisprudência desta Corte é no sentido de que há trânsito em julgado formal para o litisconsorte que não apela da decisão de primeiro grau, ficando tal litisconsorte carente de interesse para manejar os recursos subsequentes.

Nesse sentido:

## PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. NÃO-PROVIMENTO.

1. Litisconsorte passivo necessário que não recorre de decisão de primeiro grau que foi desfavorável à parte principal e, conseqüentemente, contra ele. Recurso interposto só pela parte demandada - União Federal.
2. Acórdão que transita em julgado em relação à União - parte principal demandada.
3. Recurso interposto contra o acórdão só pelo litisconsorte passivo necessário.
4. Trânsito em julgado consolidado em dois momentos: a) para o litisconsorte passivo necessário quando não recorreu da decisão de primeiro grau; b) para a parte passiva principal quando não recorreu do acórdão de segundo grau.
5. O art. 48 do CPC determina que "salvo disposição em contrário, os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos; os atos e as omissões de um não prejudicarão nem beneficiarão os outros.
6. "Como o litisconsorte não recorreu, ou praticou ato incompatível com a vontade de recorrer (renúncia, desistência ou aquiescência), para ele a decisão transitou em julgado (coisa julgada formal), ou seja, não mais é impugnável" (Neri, p. 732, Código de Processo Civil Comentado, RT).
7. Agravo regimental não-provido.  
(AgRg no REsp 947.593/PR, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/04/2008, DJe 04/06/2008);

## PROCESSUAL CIVIL. DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL RURAL PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 7/STJ. TERMO A QUO DO TRÂNSITO EM JULGADO. LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO.

I - "Inúmeros precedentes da Corte corroboram o entendimento de que as questões de ordem pública que ensejam nulidade absoluta, para serem reconhecidas na instância extraordinária, dependem de prequestionamento.(AGA 493606/SE, Relatora Ministra ELIANA CALMON, DJ de 06/10/2003, p. 263).

# *Superior Tribunal de Justiça*

II - Em litisconsórcio facultativo a sentença contra a qual foi interposto recurso por um dos litisconsortes transita em julgado para o litisconsorte que não recorreu.

III - Manutenção da decisão agravada, embora por outro fundamento.

IV - Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 362.142/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/11/2003, DJ 22/03/2004, p. 201).

Dessa forma, não há como conhecer do recurso, em respeito à coisa julgada formal.

Ante o exposto, em juízo de retratação da decisão de fls. 597-600 (e-STJ), conheço do agravo para não conhecer do recurso especial de Condomínio Civil do Pantanal Shopping. Em consequência, torno sem efeito a decisão de fls. 594-596 (e-STJ). Após o trânsito em julgado, retornem os autos conclusos para o julgamento do agravo em recurso especial de MSA Empresa Cinematográfica Ltda.

Publique-se.

Brasília, 19 de setembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator